

MEC exigirá que professor seja avaliado

Antônio Gois / Fábio Takahashi

Medida é umas das 27 condições que o governo vai impor aos municípios para liberar verbas extras para o ensino básico público

Decreto prevê também que os estudantes não serão mais retidos na mesma série se forem reprovados em apenas uma disciplina

O Ministério da Educação exigirá dos municípios com piores indicadores educacionais que os professores da rede pública passem por avaliações de desempenho e que, antes de serem efetivados, façam um estágio probatório para verificar se têm condições para o cargo. Essas são algumas das 27 medidas propostas no decreto do Plano de Desenvolvimento da Educação para os municípios que aceitarem a ajuda técnica em troca de verbas adicionais para o ensino básico.

O decreto prevê ainda a progressão parcial de estudantes, ou seja, a possibilidade de eles não ficarem retidos na mesma série apenas por causa da reprovação em uma disciplina. Outras medidas que serão exigidas pelo MEC são a contratação e exoneração de diretores por regras que levem em conta o mérito (para evitar indicações políticas); o acompanhamento individual da frequência e desempenho de cada aluno; e que sejam ampliadas a jornada para os estudantes.

As medidas são inspiradas nas práticas pedagógicas de 200 municípios com média superior a 5 no novo indicador do MEC, o Ideb, que leva em conta o desempenho local na Prova Brasil (que avalia a qualidade) e as taxas de aprovação. No que diz respeito aos professores, além de instituir avaliação do desempenho, o decreto vai exigir a implementação de um plano de carreira, cargos e salários, que deve "privilegiar o mérito, a formação e a avaliação do desempenho".

Outro item que reforça a necessidade de "valorizar o mérito" do docente dá como critérios para a avaliação a "dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional". Ao apresentar o plano a educadores há duas semanas, o ministro Fernando Haddad disse que teria disponível até R\$ 1 bilhão para investir nos municípios com piores indicadores. Uma equipe técnica também visitaria os municípios.

Apoio

A proposta de exigir uma avaliação dos professores foi bem aceita por representantes dos docentes e gestores. "Não somos contrários à avaliação. A questão é saber como ela será feita", afirmou o diretor da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) Denilson Bento da Costa. "O perigo é que não haja critérios claros, e o poder fique nas mãos dos diretores.

Professores podem ser retaliados injustamente." Para a presidente da Undime (entidade que reúne os secretários municipais de Educação), Maria do Pilar, "não há nada mais desestimulador para um professor aplicado ganhar o mesmo que outro desinteressado, que falta a toda hora".

Já a presidente do Consed (conselho que reúne os secretários estaduais), Maria Auxiliadora Seabra Rezende, afirma que o desafio é "criar uma avaliação justa, que não seja punitiva nem meramente cartorial". Ontem, Haddad afirmou que serão contratados 80 técnicos-consultores da Unesco, que serão "um braço do MEC nos municípios com mais dificuldades". De acordo com ele, o Ideb já identificou os mil municípios mais debilitados e os 200 com melhor situação.

Colaborou Felipe Seligman, da Sucursal de Brasília

Leia mais:

Alunos ficam menos na escola do que exige lei

Pedro Soares

Uma pesquisa feita pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) mostra que a permanência dos alunos em sala de aula é um dos maiores desafios do país na área de educação. Estudantes de zero a 17 anos passam, na média, 3,9 horas por dia em aula, menos do que as 4 horas mínimas recomendadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Segundo o estudo, feito a partir da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, em apenas seis unidades da federação -Distrito Federal, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro- a média de horas de aula diárias é maior do que o mínimo estipulado pela LDB.

O dado diverge do registro feito pelo Ministério da Educação no Censo Escolar porque o MEC coleta as informações nas escolas, enquanto a Pnad é uma pesquisa em domicílios. Pelo Censo Escolar, a média de horas de estudo por dia no Brasil é de 4,4 e quase todos os Estados cumprem ao menos o mínimo.

Para mapear o problema e orientar políticas públicas, a FGV criou também um índice inédito que avalia a permanência dos alunos por meio de três indicadores: taxa de matrícula, horas de aula por dia e número de faltas.

O resultado apontou que o Distrito Federal tem a mais alta permanência de estudantes -0,68-, seguido por SP (0,66), Espírito Santo (0,64), Rio de Janeiro (0,62) e Minas Gerais (0,62).

Os mais baixos índices foram registrados no Acre (0,39), Amazonas (0,42), Rondônia (0,43), Maranhão (0,43) e Mato Grosso (0,44).

No Distrito Federal, por exemplo, a jornada chega a 4,8 horas. Em SP, é de 4,5 horas. No outro extremo, o Acre mantém estudantes por 3,1 horas em sala de aula.

"Quanto mais a criança ficar na escola mais aprenderá. Por isso, esse índice pode ajudar a definir estratégias", disse Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV e autor do estudo.

Saúde e educação

A pesquisa identificou ainda a correlação entre o maior nível educacional e o estado de saúde das famílias. Segundo Neri, 95% das melhoras percebidas na saúde das pessoas estão relacionadas diretamente ao nível de escolaridade, mesmo quando a renda (outro indicador que leva ao avanço da condição de saúde) se mantém estável. A FGV considerou a avaliação das próprias pessoas sobre seu estado de saúde.

A recompensa

Além da melhora nas condições de saúde, o maior nível de estudo propicia mais chances de se conseguir trabalho e principalmente uma remuneração mais elevada, segundo o estudo.

Para Neri, o chamado "prêmio" da educação no mercado de trabalho se traduz no nível de ocupação: 60,6% dos analfabetos estavam ocupados em 2005, enquanto 81,48% dos pós-graduados tinham emprego.

A educação possibilita também mais ganhos no padrão de rendimento: o salário dos pós-graduados era 540% superior ao dos analfabetos, segundo a FGV.

O salário médio dos analfabetos era de R\$ 321,73. Pós-graduados tinham rendimento médio de R\$ 3.041.

O QUE OS MUNICÍPIOS TERÃO DE SEGUIR

Em troca de recursos adicionais, o MEC vai impor algumas exigências a municípios que aderirem ao programa

Alguns dos pontos a serem seguidos:

- » Criação de um sistema de avaliação dos professores
 - » Implementação de plano de carreira docente, em que seja privilegiado o mérito, a formação e a avaliação do desempenho
 - » Combate à repetência, com adoção de atividades para
- recuperação e progressão parcial (o aluno poderá carregar uma ou mais "dependências" para o ano seguinte)
- » Acompanhamento individual da frequência e desempenho de cada aluno
 - » Ampliação da jornada escolar

Confira a íntegra do documento em www.folha.com.br/070931

Fonte: Folha de São Paulo, São Paulo, 4 abr. 2007. Cotidiano, p. C12.